

Dificuldades de Enfermeiras na Implantação das Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Básica

Difficulties of Nurses in the Implementation of Integrative and Complementary Practices in Primary Care

Izabela Sousa Martins¹, Augusto Cezar Antunes de Araujo Filho², Ana Christina de Sousa Baldoino³, Aline Ribeiro dos Santos⁴, Débora Marques da Silva⁵, Adelizira Rodrigues Cardoso⁶

RESUMO

As Práticas Integrativas e Complementares (PIC) são um ramo da saúde baseado em conhecimentos tradicionais, possuindo diversas modalidades que atuam em diferentes aspectos da saúde e são um ótimo coadjuvante para o modelo assistencial da Atenção Primária. Porém, sua implantação tem crescido de forma lenta e desigual, diante disso, o objetivo do estudo foi analisar as dificuldades na implantação das Práticas Integrativas e Complementares por enfermeiras da Atenção Básica do município de Floriano-PI. Tratando-se de um estudo exploratório e descritivo realizado em forma de entrevista com roteiro semiestruturado, contou com uma amostra de oito enfermeiras, sendo utilizado o método de saturação teórica e o referencial de Minayo para a organização das informações. Observou-se que o reconhecimento dos benefícios das PIC foi notório na maioria das participantes, porém as práticas não são realizadas nas UBS. E entre os pontos que dificultam a implantação das PIC no município, destacaram-se a falta de conhecimento dos profissionais e apoio dos gestores, pouco acesso a capacitações e sobrecarga de atividades na UBS. Dessa forma, concluiu-se que cabe aos gestores tornar as PIC parte do quadro de prioridades no atendimento assim como promover especializações e contratação de pessoal capacitado, evitando a sobrecarga da enfermagem.

Palavras-chave: Terapias Complementares. Enfermagem. Atenção Primária à Saúde.

ABSTRACT

Integrative and Complementary Practices (PIC) are a branch of health based on traditional knowledge, having different modalities that act on different aspects of health and are a great adjunct to the Primary Care care model. However, its implementation has grown slowly and unevenly. Given this, the objective of the study was to analyze the difficulties in implementing Integrative and Complementary Practices by Primary Care nurses in the city of Floriano-PI. This is an exploratory and descriptive study carried out in the form of an interview with a semi-structured script, with a sample of eight nurses, using the theoretical saturation method and Minayo's framework for organizing the information. It was observed that the recognition of the benefits of PIC was clear in most participants, but the practices are not carried out in UBS. And among the points that hinder the implementation of PICs in the municipality, the lack of knowledge of professionals and support from managers, little access to training and overload of activities at the UBS stood out. Therefore, it was concluded that it is up to managers to make PICs part of the priority framework for care, as well as promoting specializations and hiring qualified personnel, avoiding nursing overload.

Keywords: Complementary Therapies. Nursing. Primary Health Care.

¹ Enfermeira pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3331-6883> E-mail: izabelasousa6@gmail.com

² Doutor em Enfermagem. Docente da UESPI, Campus Doutora Josefina Demes.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3998-2334> E-mail: augustoantunes@frn.uespi.br

³ Enfermeira pela UESPI.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9751-3627> Email: christinabaldoino@hotmail.com

⁴ Enfermeira pela UESPI.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2834-9185> Email: ribeirosantosaline96@gmail.com

⁵ Enfermeira pela UESPI.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1412-2052> Email: debora16silva11@gmail.com

⁶ Especialista em Saúde Pública. Docente da UESPI, Campus Doutora Josefina Demes.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3765-6815> Email: adelizirarodrigues@frn.uespi.br

1. INTRODUÇÃO

As Práticas Integrativas e Complementares (PIC) são um ramo da saúde baseado em tratamentos terapêuticos oriundos de conhecimentos tradicionais indígenas e da cultura milenar chinesa, com comprovação científica e que atuam em diferentes aspectos, desde a prevenção, promoção e recuperação da saúde, com uma abordagem natural, voltada para questões como: escuta ativa e acolhedora, vínculo terapêutico e integração com o meio ambiente (JANSEN, 2021; AGUIAR; KANAN; MASIERO, 2019; BRASIL, 2006).

Seus princípios possuem ligação direta com Atenção Primária a Saúde (APS), a qual deve ser responsável por cerca de 74,35% da oferta das PIC devido seu potencial de cuidado integralizado e acompanhamento continuado dos usuários do SUS, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) (ANTUNES; FRAGA, 2021; BARBOSA *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2021).

No Brasil, visando a acessibilidade, foi publicada a Portaria nº 971 de 2006, do Ministério de Saúde (MS), sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS), englobando inicialmente cinco modalidades e com cerca de 30% dos municípios fazendo uso das PIC. Atualmente o SUS oferta 29 modalidades de PIC (RUELA *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2020; HABIMORAD *et al.*, 2020).

Mas, apesar da política existente e dos benefícios comprovados, a disseminação das PIC tem crescido de forma muito desigual no Brasil quando comparado a países da América do Norte e europeus, por exemplo, em que os profissionais, inclusive médicos, realizam práticas e as prescrevem em sua assistência constantemente (SUMIYA *et al.*, 2022).

Esta discrepância está diretamente relacionada à falta de capacitação na área, quantidade insuficiente de profissionais que acabam por preferir ofertar as demandas específicas e diárias da assistência, pouco investimento em espaço e instrumental para a execução das PIC, e resistência médica, o que acaba diminuindo a autonomia da enfermagem e dificultando a propagação das práticas, além de limitar a oferta de cuidados variados aos usuários (MENDES *et al.*, 2019).

Partindo do exposto e ainda por ser uma temática nova no município estudado, fica clara a importância deste estudo, o qual estabeleceu como objetivo “analisar as

dificuldades na implantação das Práticas Integrativas e Complementares por enfermeiras da Atenção Básica no município de Floriano-PI”.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de estudo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa, sobre as dificuldades apresentadas por enfermeiras na implantação das Práticas Integrativas e Complementares. Ressalta-se que a redação seguiu os 32 itens indicados pela ferramenta Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research (COREQ), utilizada para relatar pesquisas qualitativas, traduzida e validada em português (SOUZA *et al.*, 2021).

Este estudo foi realizado na cidade de Floriano-PI, que possui 58.892 habitantes de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Teve como cenário as Unidades Básicas de Saúde. O município de Floriano-PI conta com 24 UBS, 26 equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) distribuídas entre zona urbana, que conta com 19, e zona rural, com 7 e uma cobertura de 100% da população pela Atenção Primária (CNES, 2022).

A população era composta pelas 19 enfermeiras da zona urbana, mas participaram do estudo oito enfermeiras atuantes da Estratégia Saúde da Família (ESF), sendo a amostra selecionada por conveniência. Estas tinham que ter experiência mínima de 12 meses na equipe. Foram excluídas aquelas que, durante a coleta de informações, estavam afastadas, por motivos de férias, licenças ou atestados.

A coleta das informações foi desenvolvida entre novembro e dezembro de 2022, por meio de entrevista individual guiada por um roteiro semiestruturado de elaboração própria que foi dividido em quatro etapas: dados sociodemográficos, dados socioprofissionais, questões relacionadas à temática e um momento final em que foram elencadas sugestões para a disseminação dessas práticas na opinião das entrevistadas.

Previamente às entrevistas, as enfermeiras que aceitaram participar do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram audiogravadas, após autorização das participantes, utilizando a ferramenta de gravação que compõe o software básico dos smartphones. E, posteriormente, realizadas as transcrições das falas para o Microsoft Word, que foram devidamente enviadas aos participantes para validarem seus discursos. Destaca-se que, para o encerramento da coleta, foi adotada a técnica da saturação teórica devido a repetição das informações relatadas pelas participantes, totalizando uma amostra de oito enfermeiras (FONTANELLA,

RICAS, TURATO, 2008).

Quanto à organização das informações da pesquisa, foi adotado o referencial temático de Minayo (2001), que descreve as etapas da análise temática iniciando através de uma familiarização com o tema por meio de leituras flutuantes que ocorreram concomitantemente às entrevistas, seguido pela ordenação dos dados semelhantes e divergentes os quais foram categorizados e, por fim, a análise do produto final da pesquisa gerando as conclusões do estudo (MINAYO, 2001).

Os aspectos éticos para a realização desta pesquisa foram respeitados segundo as Resoluções 466/2012, 510/2016 e 580/2018 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que tratam das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos. Dessa forma, as participantes foram identificadas por códigos (Enf. 1, Enf. 2, Enf. 3...) para garantir o anonimato. Por fim, a pesquisa foi devidamente submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Piauí – CEP UESPI e aprovada no dia 27 de outubro de 2022, com número de parecer 5.726.574.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas informações colhidas, serão apresentados os dados sociodemográficos e socioprofissionais das participantes do estudo:

No que diz respeito aos dados sociodemográficos, participaram da pesquisa oito profissionais de enfermagem, todas do sexo feminino, variando entre 26 e 47 anos. Em relação à cor, observou-se o predomínio da branca e parda. E no aspecto religioso seis se declararam católicas e duas evangélicas.

E quanto aos dados socioprofissionais, houve uma variação no tempo de formação de dois a vinte anos, havendo uma maioria de recém-formadas. Sendo seis enfermeiras pós-graduadas e duas não, as quais eram recém-formadas. Em relação ao tempo de atuação no serviço, observou-se que a maioria são recém-contratadas, tendo entre 1 ano e 3 meses e 5 anos de atuação nas respectivas UBS e relatam ter outros vínculos empregatícios.

Partindo do pressuposto de que uma das funções mais importantes do enfermeiro é a consulta de enfermagem, que possibilita o direcionamento da assistência e que esta consulta pode ter relação direta com as PIC através da agregação e prescrição de novas formas de cuidado, questionou-se às enfermeiras sobre como elas se autoavaliaram quanto ao nível de conhecimento que possuem sobre as PIC, com notas de 0 a 10, dispostas no quadro 3. (MATIAS; KAIZER; SÃO-JOÃO, 2021; MILDEMBERG *et al.*, 2023; MENDES *et*

al., 2019).

QUADRO 1 - Nível de conhecimento das enfermeiras da Atenção Básica do município de Floriano-PI sobre as PIC, Floriano, Piauí, Brasil, 2022.

Profissionais	Enf. 1	Enf. 2	Enf. 3	Enf. 4	Enf. 5	Enf. 6	Enf. 7	Enf.8
Nível de conhecimento	6	7	4	3	5	7	1	7

Fonte: Dados da pesquisa

Pôde-se perceber que o nível de conhecimento dos profissionais ainda é muito baixo e, mesmo as enfermeiras que assinalaram nota sete, alegaram não ter conhecimento das leis que regem as Práticas Integrativas e Complementares no SUS e marcaram apenas três ou quatro dos tipos de modalidades que conhecem ou já ouviram falar, no formulário. É válido ressaltar que todas as participantes relataram conhecer ou já ter ouvido falar nas PIC, mas nenhuma possuía conhecimentos sobre a PNPIC.

De semelhante modo, um estudo realizado na Bahia, trouxe que os enfermeiros da região não possuíam formação em PIC e tinham um conhecimento muito raso sobre o assunto. Essa fragilidade na formação relacionada à temática corrobora no despreparo profissional para atuar no campo dessas práticas nas UBS (RIOS *et al.*, 2022).

Apesar do pouco conhecimento, pode-se notar que algumas especialidades ganharam destaque nas descrições das participantes como a acupuntura, fitoterapia, musicoterapia, meditação e aromaterapia. O que se assemelha aos achados na literatura, observa-se uma dificuldade dos profissionais quanto aos conceitos das PIC e que, apesar da vasta gama de práticas integrativas de saúde, estas estão entre as mais conhecidas e tem sido foco de especializações na área (RIOS *et al.*, 2022; DANTAS *et al.*, 2020; JALES *et al.*, 2020).

Quando falamos em eficácia, a maioria relatou acreditar nos benefícios apresentados pelas PIC e na importância delas para a saúde da população e, apenas uma, afirmou não acreditar ser muito eficaz. Com relação ao uso diário, apenas duas afirmaram fazer uso da fitoterapia na forma de chás e da musicoterapia.

Enf. 6: "Acredito que seriam um ótimo complemento para o atendimento".

Enf. 7: "Na verdade, não acredito muito não. Talvez eu preciso me ater melhor da área para mudar minha concepção".

Sabe-se que é comprovado cientificamente os benefícios trazidos pelas PIC no que se refere ao tratamento de diversos agravos à saúde e é válido ressaltar que para indicar

um determinado tratamento é preciso acreditar na sua funcionalidade. Então, se as enfermeiras não têm o hábito de fazer uso em casa, com a família ou se não acreditam que esses tratamentos possam ser eficazes, elas não irão prescrevê-los para os usuários e acabam abrindo mão de algo muito benéfico para os tratamentos de saúde (BARROS; FRANCISCO; SOUSA, 2020).

A nível de assistência, apenas duas enfermeiras referiram utilizar de alguma modalidade de PIC na sua rotina diária, sendo elas auriculoterapia e fitoterapia. Porém, a enfermeira que relatou prescrever a fitoterapia, nunca realizou especialização ou cursos a respeito do tema:

Enf. 8: “Como fiz um curso rápido de auriculoterapia, as vezes faço em meus pacientes e prescrevo também”.

Enf. 2: “Eu indico a fitoterapia para as gestantes para amenizar o uso de medicamentos fortes”.

Deve ser levado em consideração que, principalmente no caso na fitoterapia como descrito pela segunda enfermeira, que se trata da ingestão de produtos farmacêuticos produzidos por meio de plantas, pode existir a interação medicamentosa e gerar efeitos colaterais ou um anular ou diminuir o efeito do outro, havendo assim a necessidade de capacitação para evitar usos inadequados (SILVA; COLINO; NETO, 2021; KIRCHNER *et al.*, 2022).

Seguindo a análise dos demais dados encontrados, foram identificadas três categorias: 1) Importância das PIC na APS, 2) A disponibilidade da enfermagem para as PIC, 3) Estratégias para a implantação das PIC.

3.1 Importância das PIC na APS

Existe um reconhecimento da importância de incorporar as PIC no serviço de Atenção Primária à Saúde, como uma forma de cuidado integral, tirando o foco da doença e do medicamento e trazendo formas alternativas que promovem qualidade de vida à população através do bem-estar físico e mental, podendo proporcionar a diminuição do uso de medicamentos, além da diminuição das reações adversas por se tratarem de práticas que tem pouco ou quase nenhum efeito colateral (JALES *et al.*, 2020; MENDES *et al.*, 2019).

Encontramos uma média de 78% da implantação das PIC na APS, sendo esse um dos principais focos para esse tipo de assistência, por conta do objetivo primordial da continuidade do cuidado e da promoção e prevenção da saúde, que podem ser facilmente realizados por meio dessas práticas (TESSER; SOUSA; NASCIMENTO, 2018).

No decorrer das entrevistas, foram elencados motivos que tornam difícil a implantação das PIC na Atenção Primária na opinião das enfermeiras, sendo eles: falta de investimento da gestão, falta de capacitação dos profissionais, falta de acessibilidade de cursos e especializações no próprio município, excesso de atribuições na UBS.

Enf. 1: “Eles nem contratam profissionais já especializados na área, nem treinam os profissionais já contratados na Atenção Básica”.

Enf. 4: “São muitas atribuições da própria UBS, em relação a consultas e atingir indicadores, metas, além das visitas domiciliares, que não sobra um tempo para isso, para trazer outras formas de assistência”.

Os relatos acima condizem com a literatura a respeito da implantação das PIC, em que há uma dependência da gestão em trazer cursos ou contratar profissionais, existe uma resistência em desapegar do modelo biomédico impedindo o reconhecimento de outros tratamentos, além da falta de conhecimento dos profissionais nessa área (IGNATTI; NAKAMURA, 2021).

Ficando claro assim o impasse existente entre a busca da população por formas mais naturais de cuidado à saúde e o déficit na oferta destas pela APS. Deixando em evidência a necessidade da enfermagem de se apropriar dessa área para que se dissemine as PIC na Atenção Básica (JALES *et al.*, 2020).

3.2 A Disponibilidade da Enfermagem para as PIC

Como anteriormente mencionado, a Consulta de Enfermagem é o momento ideal para realizar as prescrições e orientações sobre as PIC para os usuários bem como agendar procedimentos baseados nas diversas modalidades de práticas existentes no SUS, como acupuntura, auriculoterapia, massoterapia, entre outros (MATIAS; KAIZER; SÃO-JOÃO, 2021; JALES *et al.*, 2020; AZEVEDO *et al.*, 2019).

Porém, para que isso seja possível dentro da assistência, há a necessidade de capacitação profissional. Fica claro nos estudos analisados que existe uma escassez de profissionais capacitados e essa falta de investimento na qualificação profissional acaba por favorecer o não reconhecimento das PIC. A enfermagem precisa ser envolvida nessa área, através de cursos e especializações que lhes permitam agregar essas formas de cuidar na assistência (BARROS; FRANCISCO; SOUSA, 2020; IGNATTI; NAKAMURA, 2021).

Observou-se nas falas das participantes que a enfermagem tem deixado de lado essa oportunidade e tem se voltado para as obrigações da UBS, as metas do serviço e a burocracia, alegando uma sobrecarga de trabalho, mesmo que concordem que seria importante. Existe um impasse, entre a relevância mencionada por elas e a disposição profissional de encaixar isto em sua rotina diária.

Enf. 4: “As atribuições que já temos e não sobra muito tempo”.

Enf. 5: “A falta de tempo e interesse dos profissionais em buscar novos conhecimentos”.

Tal fato foi muito encontrado nas literaturas analisadas, onde profissionais da enfermagem até ofertam as PIC, mas desde que isso não atrapalhe as atividades prioritárias das UBS e o fazem de forma independente, não havendo planejamento a nível de gestão. Ou seja, existe uma autonomia limitada pela desvalorização do seu trabalho (AGUIAR; KANAN; MASIERO, 2019).

Observa-se que, apesar de serem reconhecidas como importantes e fundamentais na assistência, as PIC ainda não fazem parte do quadro de prioridades da APS. Dessa forma, são vistas pelo governo como gastos invés de investimento (AGUIAR; KANAN; MASIERO, 2019; DALMOLIN; HEIDEMANN; FREITAG, 2019).

Uma das participantes mencionou que, dentro da sua rotina, a única prática que seria possível é a aromaterapia, que é realizado com aroma de ervas medicinais, através de um difusor, que poderia ser colocado no consultório durante as consultas e realização de exames citopatológicos e outras duas citaram a fitoterapia como uma modalidade mais prática de ser agregada nas consultas:

Enf. 7: “Na minha realidade, o único que eu poderia agregar ao atendimento sem atrapalhar minha rotina seria a aromaterapia”.

Enf. 2: “A fitoterapia, por exemplo, é uma forma tão simples e benéfica, que pode ser facilmente encaixada durante as consultas de rotina”.

A falta de tempo e a dificuldade de encontrar uma forma de agregar essas práticas na rotina de atendimento é uma realidade no Brasil e no mundo. É notório que o pouco que ainda tem de PIC empregada, está quase sempre voltada a prescrição de plantas medicinais e da fitoterapia, provavelmente devido a sua praticidade. Mas é válido ressaltar que não existe só essa modalidade, são mais de 20 práticas ofertadas pelo SUS (JALES et

al., 2020; PEREIRA *et al.*, 2022).

Porém, em sua maioria, as participantes não veem como tornar possível essa implantação, pois sentem-se sobrecarregadas com as atividades já estabelecidas no serviço, além dos outros empregos que possuem, e acreditam caber ao município/gestão encontrar um meio de contratar profissionais a mais para que esta seja uma possibilidade real.

Enf. 8: “Seria interessante a abertura de vagas para enfermeiros dentro da UBS focada nessa área assistencial, dessa forma o serviço seria ofertado e não haveria sobrecarga dos profissionais”.

Tem sido muito citado essa questão da gestão para a concretização da implantação das PIC no Brasil. Cabendo a eles facilitar o acesso a capacitações bem como buscar melhorias no ambiente físico das UBS para que haja espaços e materiais disponíveis para a realização das práticas (BARROS; FRANCISCO; SOUSA, 2020; VIEIRA; FILHO, 2022; BARBOSA *et al.*, 2020).

Além disso, foi mencionado a questão da falta de reconhecimento dessa área como um colaborador para que haja poucos enfermeiros especializados. Assim como a falta de especializações no município, trazendo novamente a responsabilidade para gestão e município, observados nas falas abaixo:

Enf. 1: “Não tem muito investimento da gestão, não vemos esses profissionais sendo contratados. E muitas vezes as pessoas pensam: se não estão sendo contratados porque eu vou me capacitar, me qualificar se eu não sou vista?”.

A falta de estímulo por parte dos gestores gera uma sensação de desvalorização dessa área de atuação, o que faz com que os profissionais não despertem o interesse, afinal, eles são autorizados a exercer as PIC, por direitos regidos pela PNPIC, mas estão sendo limitados em seus ambientes de trabalho e perdendo sua autonomia (SILVA *et al.*, 2022; AGUIAR; KANAN; MASIERO, 2019).

3.3 Estratégias para a Implantação das PIC

A entrevista foi finalizada com o seguinte questionamento: “Na sua opinião, o que pode ser feito para facilitar a implantação das PIC no município? ”, com o intuito de colher estratégias para a implantação das PIC no município pela visão da própria enfermagem. Segue abaixo um apanhado dos pontos por elas citados:

Enf. 7: “Caberia a gestão fazer um apanhado do que é mais viável para as UBS, as maiores necessidades do município e trazer para a enfermagem capacitações voltadas a isso”.

Enf. 8: “Capacitando profissionais e seria interessante a abertura de vagas para enfermeiros dentro da UBS focada nessa área assistencial”.

Partindo do exposto, fica claro que os principais pontos a serem reavaliados para que as PIC sejam uma realidade na assistência de enfermagem na APS são a oferta e busca por cursos e atualizações sobre o tema, um olhar mais abrangente da gestão para as novas formas de cuidado e contratação de pessoal capacitado para executar as práticas nas UBS, de forma a aumentar o reconhecimento destas e o interesse dos profissionais em especializar-se (ASSIS *et al.*, 2018; IGNATTI; NAKAMURA, 2021; RUELA *et al.*, 2019).

Além disso, deve ser levado em consideração a importância da criação de protocolos ou políticas a nível municipal, que regem sobre as PIC, baseadas na PNPIC já existente, adequando as necessidades do município, visando o atendimento ao público assim como a promoção de ações educativas e qualificação dos profissionais atuantes na APS, como foi mencionado pela enf. 7 (IGNATTI; NAKAMURA, 2021).

Logo, há a necessidade de um esforço mútuo para que seja possível implantar e implementar essas práticas na Atenção Básica, agregando a rotina de trabalho já existente (MARTINS *et al.*, 2021).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, aplicabilidade das PIC nos serviços de saúde mostrou-se difícil por vários motivos, como a falta de conhecimento dos profissionais, ausência de apoio dos gestores em promover a implantação das práticas e a escassez de ambientes e insumos apropriados para a realização de determinadas práticas, que vão de encontro à hipótese inicial do estudo. Além destas, foram descritas a indisponibilidade de cursos e capacitações a nível municipal e o foco nas atividades privativas das UBS gerando sobrecarga de serviço.

A partir da análise das principais dificuldades, foram descritas pelas profissionais estratégias para facilitar a implantação das PIC, cabendo a gestão promover cursos no município para facilitar o acesso a capacitações voltadas as Práticas Integrativas e Complementares, facilitar o acesso a capacitações fora do município, promover a criação de protocolos baseados na PNPIC que atendam às necessidades da população, incorporar as PIC no quadro de prioridades das UBS e realizar uma avaliação contínua destas para

que haja o retorno dos resultados e a comprovação da eficácia.

As PIC já fazem parte do SUS, o objetivo agora é inseri-las no contexto de atuação dos profissionais. Diante disso, fica claro a necessidade de apoio na realização de projetos voltados a área, de forma que o conhecimento se dissemine e que haja uma maior divulgação dos benefícios gerados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.; KANAN, L. A.; MASIERO, A. V. Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1205-1218, out-dez. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/5NdgGYwFCNsQPWZQmZymcqM/abstract/?lang=pt>>.

ANTUNES, P. C.; FRAGA, A. B. Práticas corporais integrativas: proposta conceitual para o campo das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 4217-4232, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/B5TfnFPdrWG9NVsmfRXNkvS/?lang=pt>>.

ASSIS, J. T. *et al.* Medicina tradicional no Brasil e em Moçambique: definições, apropriações e debates em saúde pública. **O Público e o Privado**, v. 16, n. 31, jan.-jun, p. 13-30, 2018. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2112>>.

AZEVEDO, C. *et al.* Práticas integrativas e complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico-assistencial. **Escola de Enfermagem Anna Nery**, v. 23, n. 1, p. 01-09, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/zCtFNpfgPQpQvKHn9jVJpxD/abstract/?lang=pt>>.

BARBOSA, F. E. S. *et al.* Oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Estratégia Saúde da Família no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/SvzNQ9FJXX64TxypvjXKJNn/?lang=pt>>.

BARROS, N. F.; FRANCISCO, P. M. S. B.; SOUSA, L. A. Desapoio dos gestores e desinstitucionalização das Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. **Caderno de Saúde Pública**, v. 36, n. 6, e00062320, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csp/2020.v36n6/e00062320/pt>>.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde - CNES**. Disponível em: <http://cnes2.datasus.gov.br/Listar_Mantidas.asp?VCnpj=10640637000104&VEstado=22&VNome=MUNICIPIO%20DE%20FLORIANO%20%20SECRETARIA%20DE%20SAUDE>.

BRASIL. Ministério da saúde. Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006 Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 04 mai. 2006. Disponível em: <<https://www.cff.org.br/userfiles/38%20->

%20BRASIL_%20MINIST%C3%89RIO%20DA%20SA%C3%9ADE_%20Portaria%20n%C2%BA%20971,%20de%2003%20de%20maio%20de%202006_.pdf>.

DALMOLIN, I. S.; HEIDEMANN, I. T. S. B.; FREITAG, V. L. Práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: desvelando potências e limites. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, v. 53, p. 01-08, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/4KL44rcCykZzxdPPDZmfQZg/abstract/?lang=pt>>.

DANTAS, L. R O. Conhecimento de profissionais de saúde sobre práticas integrativas e complementares em saúde. **Revista Educação em Saúde**, v. 8, n. 2, p. 77-82, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/4142/3514>>.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J. TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. de 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/Zbfsr8DcW5YNWVvKymVByhrN/?format=pdf&lang=pt>>.

HABIMORAD, P. H. L. *et al.* Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 395-405, 2020. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/csc/a/5GhvcX3KrXxFS5LqsFhpbVP/?lang=pt>>.

IGNATTI, C; NAKAMURA, E. Acompanhamento da implantação de uma Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares: principais desafios. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, P. 01-21, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/JXgHT7mQpF3wrFFDYrSVQNP/?lang=en>>.

JALES, R. D. *et al.* Knowledge and implementation of integrative and complementary practices by primary care nurses. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, Online. V. 12, p. 808-813, 2020. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1100403>>.

JANSEN C. *et al.* Medicine in motion: Opportunities, challenges and data analytics-based solutions for traditional medicine integration into western medical practice. **Journal of Ethnopharmacol**, Limerick, v. 267, p. 113477, 2021. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378874120333638>>.

KIRCHNER, G. A. *et al.* Possíveis interações medicamentosas de fitoterápicos e plantas medicinais incluídas na relação nacional de medicamentos essenciais do SUS: revisão sistemática. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 93-119, 2022. Disponível em: <<https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/811/991>>.

MARTINS, P. G. *et al.* Conhecimento popular e utilização das práticas integrativas e complementares na perspectiva das enfermeiras. **Journal of Nursing and Health**, v. 11, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19495/13388>>.

MATIAS, M. C. M.; KAIZER, U. A. O.; SÃO-JOÃO, T. M. Consulta de enfermagem na Atenção Primária à Saúde: cuidado às pessoas com doenças crônicas cardiometabólicas. **Rev. enferm. UFSM**, Santa Maria, v. 11, p. 1-22, 2021. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/43719/pdf>>.

MENDES D.S. *et al.* Benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem. **Journal Health NPEPS**, 2019, 4[1]: 302-318. Disponível em: < <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/3452>>.

MILDEMBERG, R. *et al.* Práticas Integrativas e Complementares na atuação dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde. **Escola de Enfermagem Anna Nery**, v. 27, 2023. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ean/a/nqkRRm9kYgLW55LHwqyyVsw/abstract/?lang=pt>>.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, mar. de 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/abstract/?lang=pt>>.

MINAYO, MCS (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18^o ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEREIRA K.N.L. *et al.* A atuação do enfermeiro nas práticas integrativas e complementares: uma revisão integrativa. **Health Residencies Journal – HRJ**, 2022, 3[14]:1054–1071. Disponível em: < <https://escsresidencias.emnuvens.com.br/hrj/article/view/326>>.

RIOS, P. S. R. *et al.* Conhecimento das enfermeiras de um município baiano sobre as práticas integrativas e complementares em saúde. **Revista de Enfermagem Contemporânea**, Salvador, v. 11, 2022. Disponível em: < <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/4476>>.

RUELA, L. O. *et al.* Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 4239-4250, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/DQgMHT3WqyFkYnX4rRzX74J/abstract/?lang=pt>>.

SILVA, G. K. F. *et al.* Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 01-25, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/physis/a/KrS3WpRhWWS34mccMtyxXPH/abstract/?lang=pt>>.

SILVA, M. A. M. *et al.* Práticas integrativas e complementares: desafios na implementação no Sistema Único de Saúde. **Research, Society and Development**. v. 11, n. 12, p. 01-09, 2022. Disponível em: < <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/34891/29297/387521>>.

SILVA, M. C.; COLINO, P. S.; NETO, J. G. P. Interações medicamentosas em fitoterápicos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, 2021. Disponível em: < <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/22892/19997/272053>>.

SILVA, P. H. B. *et al.* Compreensões e incompreensões sobre a oferta e ausência das Práticas Integrativas e Complementares por parte dos gestores na Atenção Primária à Saúde. *In*: FORNARI, L. (ed.). **Investigação Qualitativa em Saúde: Avanços e Desafios**. Portugal: Editora Ludomedia, 2021. cap. 29, v. 8, p. 245-253, 2021. Disponível em: <<https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/506/510>>.

SOUZA, V. R. S *et al.* Tradução e validação para a língua portuguesa e avaliação do guia COREQ. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 34, eAPE02631, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/sprbhNSRB86SB7gQsrNnH7n/>>.

SUMIYA, A. *et al.* Distribuição espacial das Práticas Integrativas e complementares em Saúde na Atenção Básica no Brasil. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**. Fortaleza, v. 35, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/11945>>.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C.; NASCIMENTO, M. C. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 174-188, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/SY9PZWpk4h9tmQkymtvV87S/abstract/?lang=pt>>.

VIEIRA, L. O.; MARTINS FILHO, I. E. Secretários de saúde e aspectos relacionados à gestão das Práticas Integrativas e Complementares. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/pz7VjbbSRNV5gLc8MSWnyPD/abstract/?lang=pt>>.